

ANEXO 1
CONTEÚDO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO SUPLETIVA DO MOBREAL *Carmona*

A discussão sobre esse tema deve ser feita, principalmente, a partir do entendimento de Educação Supletiva enquanto ações de alfabetização e pós-alfabetização.

Essas ações se inscrevem no âmbito da escolarização do 1º grau, que tem legislação própria. A resolução nº 8, de 01/12/71, do CFE, anexa ao parecer 853/71, fixa o núcleo-comum para os currículos de ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhes os objetivos e a amplitude. Tal núcleo-comum, a ser incluído obrigatoriamente nos currículos plenos de 1º e 2º graus, abrange três matérias, a saber: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências, incluindo-se como conteúdos específicos das matérias fixadas:

- a) em Comunicação e Expressão — a Língua Portuguesa;
- b) em Estudos Sociais — a Geografia, a História e a Organização Social e Política Brasileira;
- c) nas Ciências — a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas.

Em tal núcleo-comum exigem-se, também, Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programa de Saúde e Ensino Religioso, este obrigatório para os estabelecimentos oficiais e facultativo para os alunos.

A resolução escalona os currículos plenos desse ensino de 1º e 2º graus da maior para a menor amplitude do campo abrangido, constituindo atividades, áreas de estudo e disciplinas.

Pode-se afirmar mesmo que o escalonamento do currículo, passando de uma aprendizagem quase que informal a uma aprendizagem predominantemente sobre conhecimentos sistemáticos, se pauta na faixa etária do escolar atendido, teoricamente uma faixa etária a partir dos 7 anos, e no aspecto de seriação do ensino regular.

Para o segmento que corresponde às quatro primeiras séries do 1º grau, prevê-se que a aprendizagem se faça sob a forma de atividades, mediante experiências vividas pelo próprio educando no sentido de que atinja, gradativamente, a sistematização de conhecimentos. Essas atividades se devem dar sob a forma de Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação às Ciências (incluindo a Matemática).

As ações de alfabetização e pós-alfabetização do MOBREAL não podem ignorar as indicações legais, principalmente levando em conta a possibilidade de reintegração do aluno ao sistema regular. Contudo, o ensino supletivo tem características próprias em função mesmo da clientela adolescente e adulta com que trabalha. Se o adulto já tem conhecimentos adquiridos ao longo de sua experiência de vida, sua necessidade é muito mais de sistematizar/confrontar esse conhecimento do que a de continuar trabalhando informalmente os conteúdos. Por outro lado, ele já compõe a força de trabalho, encontrando-se inserido no mercado de trabalho, em busca de emprego, ou de melhores alternativas.

Isso nos leva a ver nessas considerações legais um balizamento para as ações de alfabetização e pós-alfabetização sem, contudo, perder de vista que os conteúdos dessas ações devem:

- . estar em correspondência com as experiências dos adultos como resposta às reais necessidades, interesses e problemas desses adultos e da sua comunidade;
- . resguardar um conteúdo comum, que permita a mobilidade e o acesso do aluno a outras etapas de ensino, mas também ser diversificado para atender a diferentes necessidades e problemas das populações, nas várias comunidades;
- . integrar os conhecimentos da população a outros conhecimentos, de base científica, visando a uma formação que possibilite a reafirmação e/ou formação de novos valores, a mudança de atitudes e condições de transformação social.

Até então, os objetivos do PAF foram definidos a partir de comportamentos específicos de leitura, escrita e cálculo, atividades correspondentes à Comunicação e Expressão e à Matemática. Isso não significou a exclusão de conteúdos de

Integração Social e Iniciação às Ciências, que se colocavam a partir da discussão sobre as necessidades básicas do homem, proposta do Programa de Alfabetização Funcional.

→ abrir + as sentenças de dif. propostas/projetos de

// Os conteúdos de alfabetização devem continuar decorrendo do próprio modo de desenvolvimento da proposta, centrada em depoimentos, debates e reflexões sobre as experiências dos participantes, suas histórias de vida, as histórias dos grupos e comunidades a que pertencem.

No entanto, vale chamar a atenção para o fato de que, mesmo sendo conteúdos gerados da discussão em grupo, os mesmos devem ser registrados e sistematizados enquanto assuntos trabalhados no processo de alfabetização, pois admitir um currículo pleno no processo de alfabetização significa admitir a inserção de conteúdos locais nesse processo, sem que essa inserção, essa construção curricular conjunta deva ser aleatória, ou ser feita de modo descontínuo e solto.

Assim, toda proposta de alfabetização deve desenvolver um conteúdo mínimo relativo a:

. Comunicação e Expressão, envolvendo a expressão oral e escrita, a leitura e a ampliação do vocabulário;

. Matemática, envolvendo o sistema de numeração, as operações fundamentais, inclusive cálculos com medidas de tempo, valor, massa, capacidade e comprimento;

. Iniciação às Ciências e Integração Social, sendo os seus conteúdos definidos a nível de cada proposta, envolvendo assuntos ligados à forma de vida dos alfabetizados na comunidade em que vivem, sua inserção na sociedade nacional, os modos de convivência desenvolvidos e suas relações com a natureza. O que se quer, com isso, é recuperar o sentido social da alfabetização e garantir que essa base social seja o motivo mesmo da aprendizagem da leitura e da escrita.

Devem ser trabalhados também sob esse enfoque noções básicas

de saúde, higiene e alimentação, que integram os conteúdos mínimos por determinação legal (Lei nº 7.051/82).

Em relação ao conteúdo pleno, este deve ser construído a nível de cada grupo, articulando-se aos conteúdos mínimos e enriquecendo-os. Para tanto, é preciso que o alfabetizador seja sensível à identificação dos conteúdos propostos/necessários aos alfabetizandos e capaz de aprofundar e sistematizar esses conteúdos. Ressalta-se, nessa perspectiva, a importância da capacitação dos alfabetizadores, no sentido de tornar efetivos o aproveitamento das experiências de vida, o respeito à cultura local, a participação, a construção do saber, na proposta de alfabetização.

Quanto ao PEI, os objetivos desse programa foram definidos em função de comportamentos de saída em relação a Comunicação e Expressão, Matemática, Iniciação às Ciências, Integração Social e Educação para o Trabalho, apontados para os seguintes conteúdos:

- em Comunicação e Expressão:
 - . Comunicação
 - . Meios de comunicação
 - . Expressão oral
 - . Expressão escrita
 - . Leitura
 - . Vocabulário
 - . Sons das palavras e representação gráfica
 - . Entonação e pontuação
 - . Classes das palavras e estrutura da frase

- em Matemática:
 - . Numeração
 - . Operações com números naturais
 - . Frações e números decimais
 - . Operações com frações e números decimais
 - . Medidas
 - . Geometria

- em Iniciação às Ciências:
- . Ar
 - . Água
 - . Recursos provenientes do solo
 - . O Sol e a Terra
 - . Animais
 - . Corpo humano
 - . Alimentação
 - . O homem e a preservação da saúde
- em Integração Social:
- . O homem como ser social
 - . Aspectos físicos e humanos do município
 - . Aspectos físicos e humanos do estado, território, da região e do Brasil
 - . Posição geográfica do Brasil no mundo
 - . História do Brasil
 - . Cultura Brasileira
- em Educação para o Trabalho:
- . Importância do trabalho
 - . Direitos e deveres do trabalhador
 - . Higiene e segurança do trabalho
 - . Qualificação e aperfeiçoamento profissional

Considerando que toda proposta de pós-alfabetização deve, também, desenvolver um conteúdo mínimo relativo a Comunicação e Expressão, Matemática, Iniciação às Ciências e Integração Social que dê continuidade, em termos de aprofundamento, à proposta de alfabetização e atinja os pré-requisitos necessários à continuidade de estudos no segmento seguinte do 1º grau (5a. a 6a. série); e considerando que, do mesmo modo

que acontece na alfabetização, a pós-alfabetização também admite a construção de um currículo pleno a partir da realidade, currículo esse que exige a sistematização e registro dos conteúdos que enriquecem a proposta inicial, impõe-se que, cada Coordenação, tomando como referência os objetivos terminais e intermediários do PEI (programa reconhecido pelo Conselho Federal de Educação) e a observação do desenvolvimento do Programa ao longo dos anos, possa definir os conteúdos mínimos a nível de Estado, reajustando-os segundo a sua realidade, notadamente em termos das exigências do ingresso na 5ª. série. Desse modo, as propostas de pós-alfabetização estarão se aproximando mais de cada realidade.

Em relação à Educação para o Trabalho, do mesmo modo que na alfabetização, os conteúdos poderão ser desenvolvidos sob o ponto de vista do fato social (Integração Social), reservando-se para as ações na área do trabalho o desenvolvimento das noções práticas, quer a nível de disseminação de técnicas simples, quer a nível da semi-qualificação profissional.

Impõe-se, também, que a capacitação dos agentes de pós-alfabetização dê conta do modo de realização prevista para esse projeto, que também compõe a educação de adultos do MOBREAL.